



## SISTEMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (SISAN) E SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS): uma integração possível.

Elizangela Assunção Nunes<sup>1</sup>

Leiriane Araujo<sup>2</sup>

### RESUMO

Essa experiência apresenta a integração entre Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) na perspectiva de proteção social as famílias em situação de vulnerabilidade social. O objetivo da experiência é apresentar como o município de Maracanaú-Ce vem estruturando uma rede socioassistencial de serviços públicos com vistas a enfrentar a questão social.

**Palavras-Chaves:** Proteção Social, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional, Vulnerabilidade e Risco Social.

### ABSTRACT

This experience shows the integration between Unified Social Services (ITS) and Security System Food and Nutrition (SISAN) from the perspective of social protection for families in situations of social vulnerability. The goal of the experiment is to show how the council Maracanaú-Ce socioassistencial is developing a network of public services in order to address social issues.

**Keywords:** Social Protection, Social Assistance, Food Security, Vulnerability and Social Risk.

## 1. INTRODUÇÃO

A construção de um sistema de proteção social na sociedade brasileira configura-se como um desafio, uma vez que possuímos uma dívida social histórica com os segmentos empobrecidos, principalmente no que concerne a proteção social não-contributiva.

O enfrentamento desse desafio ganha expressão com carta Constitucional de 1988, com a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, em que se edifica um novo arcabouço legal e institucional, que irá se materializar de maneira mais expressiva com a elaboração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS-2004) e a Norma Operacional Básica (NOB-

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-graduação. Prefeitura Municipal de Maracanaú – CE. [elizangela.nunes@ig.com.br](mailto:elizangela.nunes@ig.com.br)

<sup>2</sup> Estudante Graduação. Prefeitura Municipal de Maracanaú – CE.



2005) onde se estabelece que a política de Assistência Social se organizará a partir do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Compreendendo que proteger segundo Spotsati “supõe, antes de mais nada, tomar a defesa de algo, impedir sua destruição, sua alteração. Nesse sentido, a idéia de proteção contém um caráter preservacionista – não da precariedade, mas da vida -, supõe apoio, guarda, socorro e amparo. Esse sentido preservacionista é que exige tanto as noções de segurança social como as de direitos sociais” (2008:06).

Partindo desse entendimento, a experiência ora apresentada busca trabalhar a interfase entre Sistema Único de Assistência Social - SUAS e Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, visando ampliar a proteção social integral para as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social.

Portanto, o objetivo geral da experiência é apresentar como o município de Maracanaú-CE vem estruturando uma rede socioassistencial integrada e integradora de serviços a fim de fortalecer a Rede de Proteção Social local. Para tanto, buscar-se-á também mostrar ações de Segurança Alimentar e Nutricional, Assistência Social, Inclusão Produtiva e Transferência de Renda e como essas ações podem incidir de maneira positiva sobre situações de vulnerabilidade através da viabilização do acesso das famílias a uma alimentação adequada, de qualidade e em quantidade suficiente a custo acessível; criação de um espaço de convivência familiar, comunitária e social de caráter intergeracional; fomentar a economia local adquirindo produtos produzidos pela agricultura familiar nos territórios dos CRAS gerando renda para os agricultores familiares do município e dos municípios adjacentes através da aquisição de produtos agrícolas; utilização do Cadastro Único para programas sociais como referência para identificação do público alvo.

O público alvo da experiência são: “cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade (PNAS, 2004)”

De onde surge essa necessidade? Surge do desafio de gerir e operacionalizar a política de Assistência Social em Maracanaú-Ce, com o objetivo de combater desigualdades, vulnerabilidades e riscos sociais, tendo como referência a família e o território, buscando criar as condições para que essas famílias, possam também exercer a



função protetiva de seus membros, o que exige um conjunto articulado de provisão de serviços, programas, projetos e benefícios.

## 2. **DESENVOLVIMENTO** – Desenvolvendo ações, integrando pessoas

Entendendo que o desafio no município de Maracanaú não difere do desafio nacional embora apresente particularidades, o ponto de partida e o percurso dessa prática iniciam-se com a elaboração do diagnóstico do município, o que permitiu identificar quais as vulnerabilidades e potencialidades locais, acrescido posteriormente do “Diagnóstico territorializado por CRAS – Centro de Referência da Assistência Social” realizado a partir do Cadastro Único para programas sociais, o que nos proporcionou visualizar o perfil socioeconômico por território de CRAS, servindo de guia para a organização dos serviços, programas e projetos, uma vez que mensuramos a cobertura e atendimento da Assistência Social a partir do público prioritário para o atendimento.

O município de Maracanaú – CE possui uma população de 199.808 habitantes, segundo IBGE ano 2008, desse universo, 150.684 estão inscritas no Cadastro Único o que corresponde a 75 % da população total do município. Esse dado mostra o grau acentuado de desigualdade existente no município, uma vez que o mesmo constitui um dos principais pólos industriais do Ceará, com um número significativo de famílias que declara possuir uma renda per capita de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, portanto, constituindo-se público sujeito das ações socioassistenciais através de serviços, programas, projetos e benefícios.

Visualizando a cobertura da Assistência Social<sup>3</sup> no município no que se refere ao número de famílias beneficiárias, tem-se que 20.905 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF, e 3.790 recebem o Benefício Prestação Continuada – BPC, perfazendo um total de 24.695 famílias que precisam ser incluídas de maneira prioritária nos serviços, programas e projetos socioassistenciais.

Para responder a essa demanda o município possui 08 (oito) CRAS, 01 (um) CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social, 05 (cinco) Cozinhas Comunitárias, 01(um) Restaurante Popular de gestão municipal, 05 (cinco) Centros de Convivência Social – Pólos ABC – e 01 (um) Centro de Convivência do Idoso, que

<sup>3</sup> Por cobertura da Assistência Social estamos compreendendo todas as famílias beneficiadas pelos Programas de transferência de renda no município.



articulados entre si constituem a rede patrimonial de proteção social não contributiva de Maracanaú.

Diante do desafio de cobrir territorialmente 24.695 famílias é que a gestão da Política Municipal de Assistência Social vem buscando estruturar um arranjo institucional que transita entre proteção e desenvolvimento social, buscando constituir assim uma rede integrada de proteção e promoção social.

E como funciona essa rede integrada? Os CRAS enquanto porta de entrada do SUAS identificam as vulnerabilidades e potencialidades em seus territórios através do diagnóstico e da vigilância social, gerando as demandas que serão trabalhadas conjuntamente através dos serviços do SUAS e do SISAN.

Desta forma, parte dos CRAS as demandas para os serviços e equipamentos da segurança alimentar e nutricional. A articulação entre os dois sistemas ocorre em duas frentes. A primeira parte do cuidado e prevenção por meio da rede socioassistencial e a segunda é o desenvolvimento das potencialidades, por meio dos sistemas de Segurança Alimentar e Nutricional e Inclusão Produtiva, entendidos como complementares ao objetivo de proteger integralmente a família.

Ações de combate à fome e de geração de renda perpassam juntas os equipamentos e serviços da Secretaria de Assistência Social e Cidadania de Maracanaú através da capacitação de cidadãos para o mercado de trabalho e a economia solidária. Ao todo, são oito mil famílias acompanhadas pelos oito CRAS e 40 mil referenciadas.

Assim todos os equipamentos, serviços, programas e projetos da Assistência Social estão voltados prioritariamente para os usuários acompanhados pelos CRAS e CREAS, o que proporciona uma metodologia de trabalho que se volta para um acompanhamento integral à família, resignificando a rede pública de proteção socioassistencial.

Por que pensar em equipamentos voltados prioritariamente ao público do Cadastro Único e beneficiários dos programas de transferência de renda (PBF e BPC)? Por entender que o grau de destituição dessas famílias favorece a ocorrência dos riscos, bem como pelo fato de que as vulnerabilidades as quais estão inseridos são múltiplas, exigindo assim várias linhas de ação de maneira ao alcance do objetivo maior que é a autonomia dessas famílias, o que não ocorrerá com ações pontuais e desarticuladas.



Visando agregar um conjunto de serviços, programas, projetos, equipamentos e atores sociais é que os dois sistemas SUAS e SISAN, atuam para a Proteção Social buscando a redução das situações de vulnerabilidades e riscos sociais no município agravadas pela insegurança alimentar e nutricional através de uma rede socioassistencial articulada e integrada; ampliação da função protetiva da família criando condições para que elas exerçam a proteção de seus membros e desenvolvam a sua autonomia; o empoderamento das pessoas, no desenvolvimento de sua autonomia, de suas competências e de sua capacidade de autodesenvolvimento, visando à ampliação de sua capacidade de ação; desenvolvimento de um trabalho coletivo, mobilizador e agregador que produza mudanças nas condições de vida do público sujeito das ações socioassistenciais; capacitação dos(as) cidadãos(ãs) para o mercado de trabalho e o exercício da cidadania, fomentando a iniciação de grupos produtivos solidários gestando vínculos comunitários.

Entendendo que a experiência envolve diferentes atores sociais têm-se como parceiros Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Secretaria de Meio Ambiente; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- SENAC; Aliança Comunitária Cearense; Conselho Estadual de Segurança Alimentar; Universidade Estadual do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e os Conselhos de Direito.

A participação da comunidade se dá através de espaços privilegiados de participação popular com caráter democrático e descentralizados, tais como conselhos, conferências, fóruns, debates públicos dentre outros.

### 3. **CONCLUSÃO** - Mudar é possível!

Com a implantação da experiência observam-se resultados quali-quantitativos. Destacam-se como resultados qualitativos: atendimento integralizado a família através de um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios; acesso a alimentação de qualidade a preço acessível, com conseqüente redução dos gastos com alimentação no orçamento familiar; estímulo da agricultura familiar, respeitando a cultura regional e local na produção e comercialização de alimentos de acordo com a agroecologia; comercialização dos produtos agrícolas de acordo com os preços de mercado; abastecimento dos equipamentos da rede socioassistencial pelo Projeto Compra Direita Local da Agricultura Familiar – CDLAF.





E como resultados quantitativos: 8.000 famílias acompanhadas pelos 08 CRAS existentes no município; 40.000 famílias referenciadas nos 08 territórios de CRAS; 14.000 pessoas alimentadas/ mês no Restaurante Popular; 13.200 pessoas alimentadas mês nas cozinhas comunitárias; 190 toneladas de alimentos adquiridas da agricultura familiar para o abastecimento de 44 entidades socioassistenciais com a integração SUAS e SISAN; 100% dos agricultores familiares provenientes do PRONAF estão inseridos no Programa Compra Direta Local da Agricultura Familiar - CDLAF; 2.500 crianças e adolescentes e 120 idosos da rede socioassistencial com mudanças de hábitos alimentares; 10.000 pessoas beneficiadas diretamente com Compra Direta Local da Agricultura Familiar.

A integração entre o SUAS e o SISAN tem indicado alguns impactos positivos seja através de dados oficiais, realização de pesquisas, consultas diretas aos(as) usuários(as) e relatórios, gerando os seguintes impactos: ampliação da concepção de descentralização territorializada dos serviços dotou o CRAS, de autonomia, legitimando-os como porta de entrada do SUAS e SISAN; cultura institucionalizada na perspectiva do direito social rompendo com a visão fragmentada, desarticulada e clientelista da assistência social; utilização do cadastro único para programas sociais como instrumento de planejamento de políticas sociais no município; 50% das famílias referenciadas pelo Restaurante Popular são das unidades de atendimento CRAS e CREAS; 100% dos usuários das ações de inclusão socioproductiva são cadastrados e/ou beneficiados pelo Programa Bolsa Família e BPC; 50% dos gêneros alimentícios do Restaurante Popular e das Cozinhas Comunitárias são oriundos dos produtores familiares dos territórios de CRAS; 70% do público atendido pelo Restaurante Popular realizam suas refeições com familiares e/ou amigos resgatando a cultura local do almoço em família; otimização no orçamento familiar reduzindo em 50% as despesas com alimentação;

Os resultados elencados acima foram possíveis mediante momentos de avaliação e de monitoramento entendido como um processo sistemático de análise das ações, características e resultados de uma política, programa ou projeto, a partir de critérios definidos, que visam determinar seu mérito ou relevância, sua qualidade, utilidade ou efetividade, gerando recomendações para sua correção ou melhoria.

Utilizou-se como principais instrumentos: pesquisa direta realizada com os(as) usuários(as) do Restaurante Popular sobre a qualidade dos serviços ofertados; pesquisa direta sobre o impacto do serviço do Restaurante Popular no orçamento familiar; instrumental de referência e contra-referência da rede socioassistencial; Plano Municipal de



Assistência Social; Relatório de Gestão; Relatórios mensais do Sistema Municipal de Assistência Social e Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; Planejamento estratégico da Secretaria de Assistência Social e Cidadania; Sistema de entrada e manutenção de dados do Cadastro Único.

A importância da experiência ora apresentada consiste na integração do sistema de Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Transferência de Renda na perspectiva de articulação das ações que visam o atendimento e acompanhamento das famílias na sua integralidade, rompendo com o modelo fragmentado, culturalmente presente nas políticas sociais da sociedade brasileira; afirmação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS como uma política de Seguridade Social, que tem como princípio a equidade e a justiça social que pressupõe o reconhecimento dos direitos incluídos na Constituição tendo como intervenção o Poder Público no sentido de conferir a materialidade dos direitos conquistados e instituídos, rompendo assim com o atendimento com a lógica apenas do benefício; atuação do SISAN para além da distribuição de alimentação a preço acessível, mas sim tendo o cuidado com as pessoas, ao buscar integrá-las na Rede Socioassistencial;

Vale ressaltar que ter como horizonte a perspectiva de assegurar direito de cidadania encontra alguns obstáculos em nossa sociedade, desta forma identifica-se a dificuldade de trabalhar as políticas numa perspectiva intersetorial e integral mediante a presença da cultura assistencialista, do não entendimento, seja pelo usuário, técnicos e gestores de outras políticas, do direito a assistência e a segurança alimentar e nutricional.

A integração entre o SUAS e o SISAN em Maracanaú-CE é possível devido a construção de equipamentos públicos estatais que passam a compor a rede de proteção social – assegurando dessa forma a primazia do Estado na condução da política de Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional no município;

Outro destaque é a descentralização dos serviços de proteção social reafirmando o compromisso e responsabilidade institucional entre os entes federados na realização de políticas sociais atendendo no território as necessidades e não os necessitados consolidando e ampliando a rede de proteção social evitando práticas de ajudas parciais e fragmentadas, a superposição e o paralelismo das ações.

Enfim, podemos perceber com as colocações postas como o município de Maracanaú vem estruturando uma rede socioassistencial integrada e integradora de serviços públicos com vistas a enfrentar a questão social local com a responsabilidade de



proteger a sociedade e de promover seu desenvolvimento social, ou seja, a cidadania, e a dignidade humana, materializando assim os direitos conquistados e instituídos.

## BIBLIOGRAFIA

ALAYÓN, Noberto. **Assistência e assistencialismo**: controle dos pobres ou erradicação da pobreza? 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ANDERSON, Perry. Balanço neoliberal. In SADER, Emir (Org). **Pós-neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Avaliação de Políticas e Programas do MDS: resultados Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

BELIK, Walter, SILVA, José Graziano da e TAKAGI, Maya. **Políticas de combate à fome no Brasil**. *São Paulo Perspec.*, Dez 2001, vol.15, no.4, p.119-129

BRASIL. Emenda Constitucional n. 64, de 04.02.2010. **Alimentação como direito social**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei n. 8742, de 7.12.1993. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1993.

BRASIL. Lei n.11346, de 15.09.2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional- LOSAN**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2006.

BRASIL. Lei n.8212, de 24.06.1991. **Lei Orgânica da Seguridade Social**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1991.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Tradução Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTRO, Josue. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948

CONTI, Irio Luiz. **Segurança Alimentar e Nutricional**: noções básicas. Passo Fundo: IFIBE, 2009.





LAURELL, Asa Cristina (Org). **Estado e políticas sociais no neoliberalismo**. Tradução de Rodrigo León Contrera. São Paulo: Cortez, 1995.

LIMA, Jayme Benevuto Jr e ZETTERSTROM, Lena (org). **Extrema Pobreza no Brasil**- a situação do direito à alimentação e moradia adequada. São Paulo: Eidições Loyola, 2002.

MALUF, Renato. **Segurança Alimentar e Fome no Brasil** – 10 anos da Cúpula Mundial da Alimentação. Rio de Janeiro: CERESAN-UFRRJ, 2006, Relatórios Técnicos, n.2.

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flavio Luiz Schiecki. **Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil**. Cadernos de Debate, Campinas, vol IV, p. 66-88, 1996. Disponível em: [www.unicamp.br/nepa/arquivo\\_san/contribuição\\_ao\\_tema\\_da\\_segurança\\_alimentar\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/contribuição_ao_tema_da_segurança_alimentar_no_Brasil.pdf), acesso em 10/08/2010

PIOVESAN, Flávia e CONTI, Irio Luiz (org). **Direito Humano à Alimentação Adequada**. Rio de Jeneiro: Editora Lumem Juris, 2007.

Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Ministério da Saúde. Brasília, 2003. 2ª Ed.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ. **Diagnóstico Social do Município de Maracanaú**: Mapeamento preliminar das vulnerabilidades e riscos pessoais. 2005

Revista Desenvolvimento Social. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ano I, n I, 2009 – Brasília: MDS, 2009

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo Brasileiro de Proteção Social não Contributiva**: concepções fundantes. In: Formação de Multiplicadores e de Gerentes Sociais que atuam na Proteção Social não Contributiva e Constituição da Rede Descentralizada de Capacitação. ENAP: Brasília, mimeo, 2008.



VALENTE, Flavio Luiz Schieck (org). **Direito Humano à Alimentação**: desafio e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002

VALENTE, Flávio Luiz Schieck e BEGHIN, Nathalie. **Realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e a Experiência Brasileira**: subsídios para a replicabilidade. Brasília, setembro 2006. Disponível em: [www.abrandh.org.br/downloads/dhaabrasil.pdf](http://www.abrandh.org.br/downloads/dhaabrasil.pdf)